

Fórum da Reforma Sanitária na 13ª. Conferência Nacional Saúde

As entidades que integram o Fórum da Reforma Sanitária realizaram reunião, no dia 16 de novembro de 2007, durante a 13ª. Conferência Nacional de Saúde. O encontro aconteceu logo após a Mesa Redonda sobre o Eixo II da Conferência Políticas Públicas para a Saúde e Qualidade de Vida: o SUS na Seguridade Social.

Convocado pelo Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES) o encontro analisou a conjuntura política, o processo de negociação da regulamentação da EC-29 na Câmara e no Senado Federal, a proposta das Fundações Estatais e a necessidade de ampliar o movimento em prol da Reforma Sanitária no país.

Conduzido por Sônia Fleury, presidente do CEBES; Sônia Piardi presidente da Ampasa - Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde; e Luiz Augusto Facchini, vice-presidente da Abrasco - Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, o Fórum reuniu delegados participantes da 13ª CNS, representantes de entidades e convidados.

Sônia Fleury destacou que o momento é de reforçar o Fórum da Reforma Sanitária, de “fortalecer e agregar mais instituições, entre elas organizações não governamentais, entidades profissionais e movimentos populares.”

Segundo ela é preciso repensar o lugar que as entidades tradicionais ocupam no novo cenário da Reforma Sanitária. Caberia ao CEBES e às demais entidades promover a reflexão e o pensamento crítico, oferecer canais de acesso ao conhecimento e difundir informações. Outro papel relevante, na opinião de Sônia, seria a atuação das entidades na mediação entre governo e sociedade, sempre na defesa dos interesses da população.

Uma das propostas apresentadas pela presidente do CEBES, e acatada pela plenária, foi a implementação de uma rede virtual de debate permanente via internet. Neste sentido, o site do CEBES (www.cebex.org.br), recém lançado, reservaria espaço interativo para a discussão dos principais problemas e desafios da saúde no Brasil. O primeiro debate proposto, com o compromisso de participação das entidades presentes, foi a avaliação da 13ª CNS, logo após seu encerramento.

A presidente da Ampasa, a promotora de Justiça de Santa Catarina, Sonia Piardi, ressaltou que a entidade, que reúne promotores e procuradores que atuam na área da saúde, estava honrada de integrar o Fórum da Reforma Sanitária. “Nosso papel é justamente de atuarmos como articuladores, de nos somarmos a outros setores comprometidos com a defesa da cidadania e do direito à saúde, com a preservação do Sistema Único de Saúde”.

A promotora falou a respeito da proposta de um plano nacional de atuação em saúde pública, destinado a prover tecnicamente Promotorias de Justiça e Procuradorias da Saúde: “com isso teremos o aperfeiçoamento de quadros técnicos, visando o cumprimento da proteção objetiva do direito humano à saúde e, no âmbito SUS, a observância dos seus princípios e a fiscalização de todas as ações de relevância pública, sobretudo as questões coletivas ligadas à saúde.”

Luiz Fachini, da Abrasco, lembrou da importância da retomada, neste momento, do

debate da reforma sanitária, do compromisso histórico das entidades presentes no campo das idéias e projetos que fizeram a saúde avançar no Brasil. “Temos ganhos importantes, o fato de a 13ª Conferência ter sido toda organizada pelo Conselho Nacional de Saúde, é, sem dúvida, um avanço do controle social”, disse Fachini. Ele acrescentou que cabe às entidades ali presentes produzir conhecimentos adequados ao momento histórico e à dinâmica dos movimentos de saúde, cada vez mais diversificados. “Isso sem perder a oportunidade de agir para dentro do SUS, de qualificar as ações nos serviços de saúde e qualificar as políticas de saúde”, finalizou.

Presente na Plenária, o sanitarista Gilson Carvalho, especialista em financiamento da saúde, detalhou os obstáculos na tramitação da Emenda Constitucional 29 e destacou que havia naquele momento um “impasse altamente prejudicial ao SUS, pois querem nos dar um prêmio de consolação”.

Gilson disse que o financiamento da saúde é notoriamente insuficiente e, apesar da vitória inegável que foi para o SUS a aprovação do Projeto de Lei Complementar 01/2003, regulamentando a Emenda Constitucional 29/2000, há graves problemas a serem enfrentados. “A versão aprovada não vincula a despesa mínima federal a 10% da Receita Corrente Bruta (RCB), como constava no projeto desde agosto/2004. Na verdade foi aprovada a contra-proposta do governo federal, que mantém o cálculo pela variação nominal do PIB e apenas acrescenta uma ‘fatia’ adicional da CPMF, em caráter excepcional durante os próximos quatro anos, sem garantia de incorporação ao orçamento a partir de 2012”, explicou Gilson.

Os recursos adicionais da CPMF, caso fosse aprovada sua prorrogação, corresponderiam a cerca de R\$ 24 bilhões entre 2008 e 2011. Segundo estudos realizados pelo sanitarista, comparando a versão aprovada com a proposta dos 10% da RCB, constata-se uma diferença de R\$ 81 bilhões a menos ao longo dos mesmos quatro anos.

Outros temas que tiveram destaque durante o encontro foram: a necessidade de definir mecanismos adequados para aprimorar a gestão do SUS, incluindo o debate das fundações estatais; a retomada da discussão sobre a seguridade social; uma avaliação sobre o modelo operativo e a efetividade da Conferência Nacional de Saúde; a necessidade de aprimorar os espaços de diálogo as entidades da reforma sanitária com outros movimentos de profissionais e populares.

No final da reunião foram aprovadas propostas no sentido de manter, via site do CEBES, um espaço permanente de debate da Reforma Sanitária; mobilizar a partir dos municípios e estados um grande movimento em prol da regulamentação da Emenda 29, no sentido de recompor no Senado as perdas impostas pela Câmara dos Deputados; repensar o formato da Conferência Nacional de Saúde e o acompanhamento de suas deliberações; e apoiar a realização da I Conferência Nacional de Seguridade Social.

Fonte: www.cebes.org.br